

Ata da Reunião Extraordinária do Departamento de Serviço Social de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, realizada através de videoconferência em Campos dos Goytacazes, aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, às nove horas.

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, através do portal de videoconferência da Google, Google Meet, reuniram-se sob a presidência da Professora Leda Regina de Barros Silva, Subchefe do Departamento de Serviço Social de Campos, os docentes: Adriana Soares Dutra, Ana Maria Almeida da Costa, Ana Cláudia de Jesus Barreto, Amanda Guazzelli, Cláudia Mara Barboza dos Santos Alvarenga, Isabel Cristina Chaves Lopes, Juliana Desiderio Lobo Prudencio, Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, Ketnen Rose Medeiros Barreto, Leda Regina de Barros Silva, Liliane Cardoso D'Almeida, Maria Clélia Pinto Coelho, Verônica Gonçalves Azeredo e Viviane Aparecida Siqueira Lopes. A professora Leda Regina de Barros Silva, abriu a reunião saudando a todos, e em seguida apresentou a justificativa da prof^a Ana Costa, sobre sua impossibilidade de estar presente no momento inicial da reunião, em função de uma oportunidade de antecipação de consulta médica. Os professores Valter, Carlos e Isabella, comunicaram suas ausências e justificativas. Ratificou o pedido da professora Cláudia para ajustar o horário limite da reunião, uma vez a necessidade de mudança do link inicial da reunião, sendo acordado por todos para às 10 horas e 30 minutos, e passou aos informes. A professora Leda informou sobre o apoio das professoras Juliana e Clélia para as inscrições e os registros. A Prof.^a Cláudia informou que a pauta da reunião do NDE na semana anterior foi relacionada a uma agenda de trabalho direcionada para o trabalho remoto, com o intuito de discutir meios de dar conta da demanda colocada pela Prograd, que vem promovendo a realização de Fóruns, com a participação de chefes de departamentos e coordenadores de graduação, assim como foi realizado também pelo instituto. Ressaltou que irá trabalhar o NDE em função do descrito, deixando a pauta da reforma curricular, que também é de grande importância, para um outro momento. Informou também que é preciso agilizar as discussões para acompanhar ou não todas as determinações da minuta. Sobre o **primeiro e único ponto da pauta, a Minuta GT/CEPEX**, a Prof.^a Leda falou sobre a importância do resgate feito pela Prof.^a Cláudia, agradecendo pelos aspectos apresentados. Ressaltou sobre o objetivo central da plenária que é debater sobre os termos do documento, as propostas de natureza emergencial para os discentes concluintes, inscritos em 2020/1; contribuir para embasar a participação das chefias do curso, convocadas para a reunião do Instituto com chefes e coordenadores de graduação e pós, hoje, a partir das 14



hs, e, por fim, sugerir encaminhamentos para o GT e CEPEX, respectivamente - a ser enviado em 11 de junho, até às 12 horas, e, posteriormente para a reunião do CEPEX, agendada para 12 de junho. Perguntou se os presentes tinham feito a leitura do documento, sendo afirmado por todos. Enfatizou sobre a importância de todos direcionarem suas falas ao assunto em pauta. Falou sobre os debates e posicionamentos nos Foruns, em que têm participado de todos, as chefias, professoras Ana e Cláudia, e junto, ela e a professora Juliana, espaços em que são tratados e debatidos os procedimentos propostos na minuta, e que estão acontecendo com ampla participação de chefes de departamentos e coordenadores de cursos de graduação, onde alguns cursos se anteciparam acerca das indicações presentes na minuta, e que os prazos também são objetos de sugestão para o encaminhamento. Foram abertas as inscrições. A Prof.^a Ketnen informou que a minuta é clara, mas que tem dúvidas sobre a forma de operacionalização. Ressaltou a dificuldade de um professor que não é do Departamento de Serviço Social ofertar a disciplina para o aluno que é concluinte do curso, pois se na disciplina dele tiver 60 inscritos, ele não poderia ofertar para dois ou três, porque pensa que os outros poderiam recorrer judicialmente. Informou também que existem disciplinas mais complexas, que não caberia oferecer apenas a um aluno. Frisou que a minuta, em seu entendimento, só funcionaria através de um regime especial de aprendizagem e que seria complicado ofertar disciplinas obrigatórias. A Prof.^a Juliana Mendes informou que as suas questões vão ao encontro das colocações feitas pela Prof.^a Ketnen. Pontuou a materialização das disciplinas e principalmente a dificuldade em ofertar as disciplinas para apenas uma parte dos alunos inscritos, indo além das obrigatórias por ter as optativas que os formandos fazem. Frisou que a dificuldade pode se ampliar ao se pensar em disciplinas oferecidas por docentes de outros cursos, que não são do Departamento de Serviço Social e, também, a preocupação com a possibilidade de existência de dois calendários, um para entrega de monografia e outro para entrega das notas das disciplinas. Sugeriu a existência de apenas um calendário. Perguntou se os alunos que não quiserem fazer as disciplinas seriam prejudicados, seriam tidos como reprovados ao não aceitar fazer a (s) disciplina (s) à distância, ou seja, não aceitar fazer as optativas ou entregar a monografia. A Prof.^a Clélia corroborou todas as falas. Informou que o prazo estipulado para essas atividades especiais é de dois meses e quatro dias. Ressaltou que a ausência de definição de um calendário até então, e que a definição tardia, com prazo estabelecido para 14 de agosto acarretariam grandes dificuldades. Informou também que o Art. 12 da minuta trata da dispensa de frequência dos alunos e perguntou sobre as consequências em casos em que os alunos não correspondam às solicitações feitas pelos professores em um prazo estabelecido. Pontuou o Art. 8 que trata da aprovação por parte do aluno acerca do plano de trabalho que será apresentado para a disciplina, exprimindo dúvida quanto à forma de aprovação. Também demonstrou dúvidas quanto ao Art. 13 que trata da não

reprovação. Finalizou afirmando que existem falhas na minuta que precisam ser reavaliadas. A Prof.^a Verônica pontuou quanto as atividades emergenciais. Afirmou ser um momento inédito em nossa história, atípico, e que por tanto precisa ser tratado e pensado como caso atípico. Ressaltou que tem uma imensa preocupação quanto ao papel da universidade pública brasileira. Questionou a existência de um país com o desenho nos moldes da universidade pública brasileira, totalmente universal e gratuita. Demonstrou preocupação com o contexto pós-pandemia, porque com o intuito de resolver as necessidades e de dar respostas aos problemas atuais, poderia haver uma contribuição substancial para o enfraquecimento da universidade pública. Afirmou que a aula online pode ser extremamente conteudista, ainda que tenha a possibilidade de diálogo entre professor e aluno ou de cruzar dados. Ressaltou que a universidade é o lugar da troca de conhecimento, da troca de informação, de fonte de saberes vivos. Informou que é preciso haver cuidado para impedir o enfraquecimento da universidade pública e que, portanto, nesse momento, seria preciso apenas dar conta das atividades emergenciais. Propôs, a partir do levantamento da coordenação de curso, trabalhar com os alunos que apresentem viabilidade para concluir o curso, trabalhando apenas com as atividades emergenciais. Pontuou a necessidade de garantir o direito ao trancamento de disciplina dos alunos que assim optarem. Pontuou também a possibilidade de se pensar um novo formato para a apresentação do TFC. A Prof.^a Viviane informou que se houvesse a possibilidade de não cumprimento da minuta, optaria por não cumpri-la. Ressaltou não ver muito sentido em um calendário escolar que foi suspenso, criar-se no meio do mês de junho uma excepcionalidade só para formandos. Informou também que talvez a minuta abra espaço para que todo o curso passe para o modo online, caso a pandemia se expanda para novembro. Pontuou não haver motivo para criar uma coisa específica só para o aluno que está se formando. Pontuou também que em caso de cumprimento obrigatório, existirá a necessidade de revisão do calendário, ampliando-o. Questionou o fato de dar aula apenas para o grupo que está se formando e não para a sala inteira. Disse considerar muito grande a tendência conteudista de atividades no modo online. Informou ser contra a minuta, se for possível, e se não for possível, as pessoas que representarem o departamento na reunião da sexta-feira, 12 de junho, pensem na questão sobre o porquê das atividades serem apenas para os concluintes, e a necessária revisão do calendário. A Prof.^a Liliane reforçou que possui duas alunas que são do interior com dificuldade de acesso à internet e que por isso ainda não começaram o trabalho final de curso. Perguntou como serão tratados os alunos que não possuem a condição para realização das atividades. Disse que o plano emergencial tem que considerar as especificidades dos alunos. Perguntou sobre a possibilidade de revisão do calendário. Por essas razões, ressaltou a necessidade de atenção à materialização da minuta quanto às diferenças entre a condição dos alunos e a realidade de plano emergencial

DPV
fcs

que está sendo colocada. A Prof.^a Cláudia, a partir de sua percepção informou que a presente reunião dará condições do coordenador e da chefia de departamento levarem uma posição do curso de Serviço Social para a reunião da unidade, hoje, às 14 horas, com as chefias e coordenações. Disse pensar que é preciso definir as prioridades do curso, o que tratar como prioridade para o concluinte e quais serão as estratégias, porque a atividade não inclui apenas texto para o aluno estudar e fazer prova, portanto não haveria o problema de priorizar e deixar passar, os alunos que não possuem condições para isso, pois em caso contrário não existiria o regime excepcional de aprendizagem no regulamento. Pontuou que o calendário continua suspenso, pois o Art. 15 da minuta diz que não há revogação do calendário acadêmico e administrativo, e que o novo calendário estabelece uma data até quatorze do mês de agosto. Ressaltou que não está admitindo que essa data seja possível, pois existe uma série de questões dessas atividades, via coordenação de curso, nesse momento de trabalho remoto. Disse que é preciso pensar qual é a autonomia nesse momento, se é parcial no sentido de escolher dentro do que está colocado, que são resoluções apenas para os concluintes, e dentro desse grupo de concluinte, quem tem condição de concluir. Informou que outro artigo diz que o aluno que está no último semestre do curso não será prejudicado. Alegou não acreditar em uma volta em termos presenciais nesse ano, por não haver condições sanitárias, que isso seria uma irresponsabilidade da universidade e do Instituto, pela infraestrutura apresentada. Ela disse que não teria condição de estar em uma sala de aula, e nem na coordenação em uma sala atendendo aos alunos, dividindo espaço com mais seis ou sete pessoas, e que os técnicos não teriam condições de fazer isso e nem os alunos, de estarem em um corredor apertado, mesmo com o uso de máscara. Pontuou também que é necessário eleger prioridades e estratégias. Declarou sobre a anuência do aluno, através do termo de concordância. O aluno que não concordar, não será prejudicado. Afirmou sobre a importância do Centro Acadêmico também participar do NDE, embora isso não conste no regulamento. Argumentou que é preciso pensar se todos os alunos que estão no nono período com disciplinas a cursar serão contemplados, pois existem professores que não estão no curso. Quanto à banca de TFC, disse ter uma resolução que exige a apresentação. A Prof.^a Isabel pontuou que não se deve entrar no processo afirmando a ideia de um movimento sem controle, sobre o qual não se pode fazer mais nada, e que apesar de concordar sobre ser preciso focar em questões pontuais, as dúvidas sobre a minuta, e as propostas para encaminhar para reunião, considera que a grande contribuição será a postura crítica presente no debate. Ressaltou a necessidade de participar do processo qualificando-o criticamente. Questiona até que ponto a excepcionalidade pode ser a via do EAD, no entanto, é preciso ficarmos atentos. Considera que a inclusão de ferramentas e metodologias são bem-vindas, desde que não se constitua a via central da formação, e pensa que não se pode confundir o avanço tecnológico com o avanço da

RA
Is

modernização conservadora, mas que para isso é preciso imprimir na dinâmica do avanço tecnológico a lógica crítica de maneira que não se configure com a modernização conservadora. Questionou a possibilidade de o trabalho em regime excepcional virar uma modalidade de padrão de trabalho do ensino superior dentro das universidades públicas. Ressaltou que as ferramentas tecnológicas facilitam a vida de muitos estudantes, principalmente os que têm dificuldade em estar presentes na universidade, que o EAD possibilita que muitas pessoas cursem a universidade, que é bom que a universidade pública ofereça essa possibilidade, mas que por outro lado existe uma série de questões que vinculam o EAD a uma precarização do ensino, e que essa discussão precisa ser feita em um outro momento. Perguntou o que a universidade pública pensa, a partir da proposição do modelo excepcional, para os alunos que não possuem condição de acesso. Informou que não se pode perder de vista que se trata de um modelo excepcional, que as propostas feitas neste momento são sob a ideia de excepcionalidade. A Prof.^a Juliana Mendes ressaltou que se trata de um debate político, que vai além da UFF, que está acontecendo em todas as universidades e em todo mundo, mesmo com a particularidade das outras universidades. Informou que existe a pressão do capital internacional, que é preciso tomar cuidado e pensar em alternativas, pensar a forma de condução do processo, para não ser engolido por algo que não se quer. Disse que o desafio atual é pensar quais são as possibilidades de garantir o acesso aos alunos a uma formação de qualidade neste contexto. Ressaltou que não dá para pensar em oferecer nada, que é uma atividade excepcional e que tem conversado e lido sobre as metodologias das atividades remotas emergenciais, consideradas diferentes da metodologia do EAD. Defendeu que é possível fazer atividade remota sem ser mediada por tecnologia e que esse é um desafio a ser pensado. Informou também que o Ministério da Ciência e Tecnologia já determinou a volta gradual das atividades, mas com uma série de limitações e que, portanto, a volta não será no regime normal. Finalizou ressaltando a necessidade de um debate sobre a formação, currículo, processo de aprendizagem e tecnologias. A Prof.^a Leda disse que o debate acerca da pauta está sendo contemplado pelas ponderações, reflexões críticas e sugestões feitas até o momento. Pontuou que a decisão do CEPEX, a partir da minuta, é destinada aos concluintes e que a decisão está associada a um processo de possibilidades políticas construídas pelos representantes. Reiterou que as ponderações e questionamentos tem como questão de fundo a excepcionalidade provocada pelas condições instaladas pela pandemia. Expôs que existem alguns procedimentos indicados na minuta, com fragilidades, e o calendário é uma delas, sendo fundamental sua ampliação. Sugeriu que os procedimentos pontuados e sugeridos ao longo da reunião poderiam ser aglutinados com outros a serem apresentados nas próximas inscrições dos presentes. A Prof.^a Verônica ressaltou a necessidade de um encaminhamento propositivo a partir da reunião. Frisou a importância de uma proposta de atividades

Bm
jes

emergenciais, de caráter excepcional, semelhante ao regime excepcional de aprendizagem aplicado para as (os) alunas (os), em situação de licenças, devendo ser introduzidas algumas adequações. A Prof.^a Ana Costa, chefe de departamento, enfatizou que a discussão se restringe ao primeiro semestre de 2020 e que as atividades propostas serão ofertadas apenas para os alunos concluintes. Ressaltou que o aluno terá o livre arbítrio de decidir se quer ou não terminar o curso nas condições oferecidas. Frisou que será feito um levantamento das demandas de cada aluno. Foram aprovadas as seguintes sugestões a serem encaminhadas: 1. reiterar o caráter de excepcionalidade do objeto da Minuta e das proposições que envolvem a atipicidade do contexto da pandemia e pós pandemia, para o caráter não presencial; 2. assegurar a anuência dos alunos, reiterando-a frente às desigualdades e múltiplas condições sociais em que os mesmos vivem e se encontram; 3. incluir na Minuta a autonomia dos cursos para tratarem e conduzirem as propostas frente as especificidades de seus projetos pedagógicos; 4. revisar o calendário previamente apresentado, para o acréscimo de um mês, devendo envolver os meses de julho (14/07), agosto e setembro, com o encerramento para 15/09; 5. conceber o concluinte, para a autonomia assinalada (item 3) e o calendário proposto (item 4), somente os alunos que estão com a disciplina Monografia em Serviço Social III para o encerramento do curso. **Palavra franqueada.** A Prof.^a Cláudia informou que pediu ao senhor Adaívo para encaminhar um e-mail aos alunos concluintes sobre a apresentação dos comprovantes referentes as atividades acadêmicas curriculares. Frisou as condições de excepcionalidade, mas garantiu a necessidade de tal comprovação. Nada mais havendo a tratar, a Subchefe de Departamento e presidente, Leda Regina de Barros Silva, deu por encerrada a reunião. E para constar, eu, Juliana Thimóteo Nazareno Mendes (matrícula SIAPE 1435713), secretariei esta reunião e redigi a presente ata que assino junto com a Presidente. Campos dos Goytacazes, dez de junho de dois mil e vinte. *leda*

Regina de Barros Silva; Juliana Thimóteo Nazareno Mendes